UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO

CURSO DE HOTELARIA

DIOGO BATISTA DE ALBUQUERQUE

GOVERNANÇA DE DESTINO TURÍSTICO E REQUALIFICAÇÃO URBANA: O CASO DO RECIFE ANTIGO

RECIFE

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO

CURSO DE HOTELARIA

DIOGO BATISTA DE ALBUQUERQUE

GOVERNANÇA DE DESTINO TURÍSTICO E REQUALIFICAÇÃO URBANA: O CASO DO RECIFE ANTIGO

TCC apresentado ao Curso de Hotelaria da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Hotelaria.

Orientador(a): Prof. Elidomar da Silva Alcoforado

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Albuquerque, Diogo Batista.
Governança de destino turístico e requalificação urbana: o caso do Recife Antigo / Diogo Batista Albuquerque. - Recife, 2025.
17, tab.

Orientador(a): Elidomar da Silva Alcoforado
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Hotelaria - Bacharelado, 2025.
Inclui referências.

1. Governança de destinos. 2. Requalificação urbana. 3. ;Recife Antigo. 4. Coparticipação. 5. Gentrificação. I. Alcoforado, Elidomar da Silva. (Orientação). II. Título.

650 CDD (22.ed.)

DIOGO BATISTA DE ALBUQUERQUE

GOVERNANÇA DE DESTINO TURÍSTICO E REQUALIFICAÇÃO URBANA: O CASO DO RECIFE ANTIGO

TCC apresentado ao Curso de Hotelaria da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Hotelaria.

Aprovado em: 22/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Profº. Elidomar da Silva Alcoforado (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Luciana Araújo de Holanda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Marcos Tavares de Melo Júnior (Examinador Externo)

DEDICATÓRIA

Não poderia deixar de dedicar, primeiramente, este trablho ao Sr. Deus, por ter sido meu sustento e me dar forças para permanecr firme em mesus propósitos. Aos meus pais por me conduzir em bons caminhos. E a minha querida filha que tem sido grande motivo de alegria na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Muito gratificante ter chegado esta etapa tão esperada e desejada. Isto é uma grande conquista pessoal.

Gostaria de mencionar meus agradecimentos. Em primeiro plano, ao meu Deus, Criador de todas as coisas e autor e consumador da minha fé inabalavel.

Aos meus pais – Sr. Og Albuquerque e Helena Albuquerque – por terem sido um porto seguro, fonte de inspiração de refugio eforataleciemento em toda minha vida. E minha família, por acreditar em mim e estar ao meu lado em cada etapa, oferecendo amor, apoio e compreensão.

A todos meus colegas e professores do DHT – Departamento de Turismos e Hotelaria da Federal, que contribuíram com conhecimento e inspiração ao longo da minha formação.

Em especial a dois docentes que acreditaram e contrinuiram signifivativamente para ter êxito nesta longa caminhada:

Ao Profo. Dr. Alexande Cesar Batista da Silva por ser uma grande pessoa, excelente prossional e ter persistido e acreditado em mim.

E ao Profo. Elidomar da Silva Alcoforado, além de exercer da melhor forma possível o seu ofício, ensinar, com dedicação do começo ao fim dessa pesquisa, este ser é um exemplo de humanidade.

Meu sentimento de gratidao a todos que de alguma forma contribuiram para o exito nesta jornada vencida.

Governança de destino turístico e requalificação urbana: o caso do Recife Antigo[i]

Diogo Albuquerque

Este artigo analisa como arranjos de governança têm orientado a requalificação urbana do Recife Antigo enquanto destino turístico. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, com triangulação de fontes (entrevistas semiestruturadas realizadas entre janeiro e julho de 2025 com atores-chave do setor público ,privado e terceiro setor, observação de campo e análise documental) e análise de conteúdo (Bardin) organizada em Unidades de Registro, Categorias Temáticas e Eixos de Significação. Os resultados se estruturam em cinco eixos: (i) governança e articulação de atores; (ii) dinâmica econômica e turística; (iii) cultura e identidade; (iv) inclusão social e gentrificação; e (v) coparticipação e sustentabilidade. Constatou-se protagonismo municipal (Recentro) e dinamismo econômico associado a eventos e novos empreendimentos, mas também fragmentação setorial, baixa integração com a hotelaria, e riscos de elitização e exclusão simbólica. O caso recente da adoção da Rua do Bom Jesus (ago/2025) ilustra um arranjo híbrido de governança em rede com salvaguardas legais, porém suscetível a privatização simbólica do espaço se faltar controle social. Conclui-se que o avanço da requalificação depende de coparticipação efetiva, transparência e mecanismos de salvaguarda cultural e social, para que a vantagem competitiva do destino se traduza em sustentabilidade urbana e benefícios distribuídos.
Palavras-chave: Governança de destinos; Requalificação urbana; Recife Antigo; Coparticipação; Gentrificação.

Abstract

This paper examines how governance arrangements have shaped the urban requalification of Recife Antigo as a tourist destination. We conduct a qualitative case study using triangulation (semi-structured interviews with key public and private actors carried out from January to July 2025, field observation, and documentary analysis) and content analysis (Bardin) structured into Recording Units, Thematic Categories, and Meaning Axes. Findings are organized into five axes: (i) governance and actor coordination; (ii) economic and tourism dynamics; (iii) culture and identity; (iv) social inclusion and gentrification; and (v) co-participation and sustainability. Results indicate municipal leadership (Recentro) and economic momentum linked to events and new investments, but also sectoral fragmentation, weak integration with hospitality, and risks of elitization and symbolic exclusion. The recent “adoption” of Rua do Bom Jesus (Aug/2025) exemplifies a hybrid network-governance arrangement with legal safeguards, yet prone to symbolic privatization if social oversight is lacking. We conclude that progress hinges on effective co-participation, transparency, and cultural/social safeguards, so that destination competitiveness translates into urban sustainability and broadly distributed benefits.
Keywords: Destination governance; Urban requalification; Recife Antigo; Co-participation; Gentrification.

1. Introdução

O Recife Antigo, núcleo fundacional da cidade, constitui um espaço de elevado valor histórico, cultural e turístico. Suas ruas de paralelepípedos, edificações coloniais e paisagens às margens do rio Capibaribe configuram um cenário singular que combina patrimônio material e manifestações culturais, tornando-se referência identitária e atrativo para visitantes nacionais e internacionais (Prefeitura do Recife, 2024). Contudo, ao longo das décadas, o bairro experimentou ciclos de abandono e deterioração, marcados por fragilidades na infraestrutura urbana e pelo esvaziamento de usos residenciais e comerciais, o que comprometeu sua vitalidade como destino turístico consolidado (Zancheti et al., 1998).

Vale ressaltar as mudanças nas décadas de 1990 e 2000, houve um processo de reorganização do Bairro do Recife, mudando seu foco principal de entretenimento e turismo para tecnologia e negócios.

No início da década de 1990, a reorganização, liderada pelo prefeito Jarbas Vasconcelos, priorizou a criação de um polo de entretenimento e lazer. O governo desapropriou e reformou imóveis na Rua do Bom Jesus para atrair bares e restaurantes, transformando a área em um centro de animação noturna. Essa estratégia gerou uma forte valorização imobiliária e um aumento na arrecadação de impostos, mas também provocou a saída da população de baixa renda.

Já no final dos anos 90 e início dos anos 2000, a prioridade se tornou a implantação do Porto Digital. Com Jarbas Vasconcelos agora como governador, o foco passou a ser a atração de empresas de tecnologia da informação. A reorganização se baseou na concessão de edifícios públicos para uma organização responsável pelo projeto, que os alugava para empresas privadas. O objetivo era usar o desenvolvimento tecnológico para financiar a revitalização dos edifícios.

Em resumo, a grande mudança foi a transição de um modelo de revitalização cultural-turística para um modelo de revitalização econômica-tecnológica (Simas et. al. 1980).

Nos últimos anos, iniciativas de requalificação urbana têm buscado ressignificar esse território, articulando o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Esse movimento se insere em uma lógica de governança de destinos turísticos, na qual a coordenação entre múltiplos atores se torna fundamental para garantir a atratividade, a sustentabilidade e a preservação do patrimônio (Kooiman, 2003; Rhodes, 1997; Scott, 2011). Ao mesmo tempo, emergem tensões em torno da apropriação dos espaços: enquanto parte da população celebra a dinamização econômica

e cultural, críticos alertam para riscos de elitização e gentrificação, decorrentes de projetos imobiliários e do aumento dos custos de permanência na área (Judd, 2003; Zukin, 2010;).

A escolha pelo Recife Antigo como estudo de caso justifica-se pela centralidade que o bairro ocupa no imaginário da cidade e pela intensidade das intervenções recentes, incluindo programas municipais de requalificação, eventos de grande porte, ações do Porto Digital e novas formas de ocupação comercial e turística. Neste contexto, o artigo busca analisar de que forma a governança em rede contribui para a reconfiguração do Recife Antigo como destino turístico, avaliando os efeitos de tais iniciativas sob as dimensões urbanísticas, econômicas e socioculturais.

O objetivo desta pesquisa é compreender a visão dos atores chave da pesquisa (setor publico, privado e a sociedade) compreendem como arranjos de governança têm promovido a requalificação do Recife Antigo, ao mesmo tempo em que se investigam as tensões entre preservação patrimonial, desenvolvimento turístico e inclusão social. O estudo se organiza em cinco partes: além desta introdução, apresenta-se um referencial teórico sobre governança e turismo urbano; em seguida, descreve-se a metodologia empregada; posteriormente, discute-se a análise empírica das entrevistas e documentos; e, por fim, as considerações finais sintetizam os achados e suas implicações para a gestão de destinos históricos.

2. Referencial Teórico

2.1 Governança de destinos turísticos

O conceito de governança, no campo das políticas públicas, tem sido discutido a partir da ideia de coordenação entre múltiplos atores, públicos e privados, em contextos de crescente complexidade (Kooiman, 2003; Rhodes, 1997). Aplicado ao turismo, esse debate envolve o reconhecimento de que os destinos turísticos não são apenas territórios de consumo, mas espaços que exigem gestão compartilhada, negociação de interesses e participação de diferentes escalas de poder e agentes sociais (Bramwell & Lane, 2011).

No caso do turismo urbano, a governança assume papel ainda mais central, uma vez que envolve a articulação entre preservação patrimonial, uso social do espaço e estratégias de competitividade global. Autores como Scott (2011) destacam que a governança de destinos deve

ser entendida como um processo dinâmico, que busca equilibrar as demandas de desenvolvimento econômico, sustentabilidade e inclusão social.

Com isso, em vez da governança ser uma ferramenta para criar políticas públicas inovadoras, o termo pode servir para disfarçar a falta de debate político sobre os problemas gerados pelo turismo e para diluir a responsabilidade dos agentes públicos. Em suma, para que seja verdadeiramente inovadora, a governança turística deve ir além do discurso e se tornar um processo transparente e democrático, onde os conflitos são debatidos abertamente e os responsáveis pela gestão assumem seu papel de forma clara (González,2014).

2.2 Turismo urbano e requalificação de áreas centrais

As cidades, particularmente aquelas com centros históricos, enfrentam dilemas relacionados à degradação urbana, à perda de vitalidade econômica e ao esvaziamento populacional. A requalificação de áreas centrais tem sido, nesse sentido, uma estratégia recorrente em diferentes países, combinando intervenções no espaço físico, promoção de atividades culturais e estímulos à economia criativa (Richards, 2014; Zukin, 2010).

Para faciliar a compreesão da pesquisa, descreve-se o termo “gentrificação”, como um processo complexo de revitalização urbana que resulta na substituição dos moradores e comerciantes originais de áreas populares por novos residentes de maior poder aquisitivo.

O termo, criado por Ruth Glass, na década de 1960 em Londres, descreve como investimentos em infraestrutura e a valorização imobiliária transformam bairros, muitas vezes com apoio do setor privado e do governo.

Esse é um fenômeno global que se adaptou a diferentes contextos sociais e econômicos, caracterizado pela implementação de grandes projetos de luxo que reforçam a exclusão social. Frequentemente justificada por discursos de "abandono" e pela necessidade de revitalização cultural. Mas na prática, ela eleva o custo de vida, forçando os residentes de baixa renda a se mudarem.

O turismo urbano, nessa perspectiva, desempenha papel fundamental ao conferir novos usos e significados a áreas antes estigmatizadas pelo abandono. Estudos como os de Ashworth e Page (2011) ressaltam que a revitalização de centros históricos pode fortalecer a identidade cultural, ao mesmo tempo em que os torna competitivos no cenário internacional de destinos turísticos. Contudo, esses processos não estão isentos de contradições: a valorização imobiliária, a gentrificação e a substituição de moradores tradicionais por novos grupos sociais mais abastados figuram como riscos inerentes à requalificação (Smith, 2006).

Assim, a discussão sobre turismo urbano e requalificação deve considerar tanto os benefícios em termos de dinamização econômica e cultural quanto os efeitos colaterais que podem comprometer a diversidade social e a autenticidade dos espaços.

2.3 Instrumentos de gestão: PPPs e parcerias locais

Entre os mecanismos utilizados na requalificação de centros urbanos com vocação turística, destacam-se as parcerias público-privadas (PPPs). Embora não sejam exclusivas do campo do turismo, as PPPs têm sido aplicadas em projetos de revitalização por permitirem a mobilização de investimentos privados em áreas de interesse público (Viana & Souza, 2019). No entanto, a literatura aponta que sua eficácia depende do grau de transparência, da capacidade regulatória do Estado e da incorporação de demandas sociais no processo decisório (Bovaird, 2004).

No Recife Antigo, as PPPs representam apenas um dos instrumentos possíveis dentro de uma lógica mais ampla de governança urbana. Iniciativas locais, como a atuação do Porto Digital, os projetos culturais incentivados pelo poder público e a mobilização de associações de moradores e comerciantes, compõem uma rede de ações que vai além do contrato formal de parceria. É nesse entrecruzamento de políticas, investimentos e mobilização social que se constrói a dinâmica de governança do destino turístico, onde a requalificação urbana é indissociável da forma como os atores compartilham responsabilidades e definem prioridades.

No Brasil, experiências de requalificação urbana com forte vocação turística evidenciam a complexidade da governança local, especialmente em áreas históricas. Autores como Ferreira (2007) e Silva (2017) apontam que a revitalização de centros urbanos demanda articulação entre políticas de preservação, economia criativa e inclusão social, sob risco de resultar em processos de

gentrificação. No caso específico do Recife Antigo, Lima (2010) observa que a valorização cultural e patrimonial do bairro esteve frequentemente associada a ciclos de intervenção urbana que nem sempre conseguiram equilibrar interesses públicos e privados. Inserido nesse debate, o bairro representa um exemplo emblemático da aplicação de instrumentos de gestão – como as PPPs – e da mobilização de atores locais, a exemplo do Porto Digital e das iniciativas culturais apoiadas pela prefeitura, que configuram uma rede de governança multifacetada.

Assim, a literatura internacional sobre turismo urbano e governança de destinos dialoga diretamente com a realidade do Recife Antigo, permitindo compreender o bairro tanto como objeto singular de estudo quanto como parte de um movimento mais amplo de requalificação de áreas centrais em cidades latino-americanas.

3. Metodologia

A investigação sobre governança de destinos turísticos em contextos urbanos históricos demanda uma abordagem metodológica capaz de apreender tanto as dimensões estruturais quanto as percepções e práticas dos atores envolvidos. Por essa razão, optou-se pelo estudo de caso, conforme sistematizado por Yin (2015), uma vez que esta estratégia permite analisar fenômenos complexos em sua inserção contextual, favorecendo a compreensão das múltiplas relações entre políticas públicas, dinâmicas sociais e requalificação urbana. O Recife Antigo foi selecionado como campo empírico por reunir, de forma exemplar, processos de intervenção urbana, disputas em torno da preservação patrimonial e estratégias de promoção turística, o que torna o caso relevante não apenas localmente, mas também para o debate sobre cidades latino-americanas em processo de transformação.

A triangulação metodológica foi central para garantir validade e robustez às análises (Yin, 2015). Três eixos de coleta de dados foram articulados:

Entrevistas semiestruturadas, realizadas entre janeiro e julho de 2025, com duração média de 1h30, envolvendo representantes do poder público, iniciativa privada, lideranças culturais e membros da sociedade civil vinculados ao Recife Antigo. Essas entrevistas buscaram compreender a percepção dos atores sobre os processos de governança e seus desdobramentos na vida urbana

e turística. Ou seja, buscou-se identificar a percepção de cada ator sobre o mesmo objeto de pesquisa e temática.

Foram selecionados quatro atores-chave ligados diretamente ao processo de requalificação e governança do Recife Antigo: entrevistada 1 (representante de uma empresa privada de articulação de hospitalidade e captação de eventos, do terceiro setor), o entrevistado 2 (da Secretaria de Turismo do Recife), o entrevistado 3 (de uma entidade ligada à Secretaria de Turismo do Recife) e o entrevistado 4 (de um hotel da região do Recife Antigo). A escolha desses participantes justifica-se pelo papel central que ocupam na articulação entre poder público, iniciativa privada e terceiro setor, configurando uma rede representativa da governança local.

Observação direta, materializada em visita ao bairro e às suas infraestruturas turísticas, incluindo a realização de uma entrevista não estruturada com o enrevistado 4, de um hotel localizado na região estudada. Essa etapa forneceu informações contextuais e percepções práticas do cotidiano da hospitalidade no território.

Análise documental, contemplando planos municipais de requalificação, relatórios institucionais do Porto Digital, além de matérias jornalísticas e pesquisas acadêmicas.

A análise do material empírico seguiu os procedimentos da análise de conteúdo (Bardin, 2011), contemplando as etapas de pré-análise, codificação e categorização temática. Tal abordagem permitiu organizar e interpretar os discursos de forma sistemática, evidenciando padrões, convergências e contradições entre as falas dos entrevistados e os documentos institucionais.

Cosntruiu-se, assim, um quadro analítico, permitindo a identificação de Unidades de Registro (UR), fonte dos dados, Categorias Temáticas (CT), palavras ou sentenças-chave que retratam os achados científicos, e, por fim, Eixos de Significação (ES), explicitando o que é revelado por cada categoria, detalhadamnente.

A interpretação foi guiada pelo referencial teórico sobre governança e turismo urbano, permitindo confrontar a experiência local com debates mais amplos sobre requalificação de áreas centrais e gestão participativa de destinos.

4. Resultados e Discussão

A partir da tríade fonte de dados (entrevistas, observação e documentos), emergiram cinco eixos centrais que estruturam os resultados: Governança, economia, cultura, inclusão social e Coparticipação & sustentabilidade. Esses eixos sintetizam os principais achados da pesquisa e orientam a discussão, apresentada a seguir.

4.1 Eixo 1 – Governança e articulação de atores

A governança no Recife Antigo revela como diferentes atores — poder público, setor privado, instituições tecnológicas e comunidade — se articulam (ou não) em torno da requalificação urbana. A literatura já aponta que esse processo é relacional e marcado por negociações, consensos e conflitos (Rhodes, 1997; Kooiman, 2003; Scott, 2011):

Quadro 1 – Governança no Recife Antigo

Unidade de Registro (UR)	Categoria Temática (CT)	Eixo de Significação (ES)
"A prefeitura puxa o Recentro, mas o setor privado ainda responde pouco" (entrevistado 3)	Liderança do poder público	Governança centralizada
"O Porto Digital é protagonista, mas há pouca conexão com hotelaria e serviços" (entrevistado 2)	Papel do setor tecnológico	Governança setorial fragmentada
"É preciso maior diálogo com a comunidade, senão vira um projeto elitista" (entrevistada 1)	Inclusão social	Governança participativa ausente
"O empresário espera tudo do poder público. Quer um capitalismo sem risco [...] mas turismo se faz com o privado."	Postura passiva do 2º setor	Governança setorial fragmentada
"Os eventos ajudam a articular atores, mas ainda falta coordenação de longo prazo" (entrevistado 4)	Eventos como catalisadores	Governança episódica
"Estamos muito felizes em participar desse 'novo Recife' e esperamos crescer junto com a cidade" (entrevistado 4)	Parceria público-privada	Governança de oportunidade

Fonte: pesquisa de campo

As entrevistas, documentos e observações permitem-nos inferiri que a governança do Recife Antigo está fortemente ancorada na prefeitura, especialmente pelo programa Recentro, mas ainda carece de engajamento mais robusto do setor privado, sobretudo da hotelaria. O Porto Digital aparece como ator relevante, embora com foco restrito ao eixo tecnológico e imobiliário, o que reforça a fragmentação entre setores.

A ausência de canais consistentes de participação comunitária expõe um risco de elitização do processo, conforme destacado pela entrevistada 1 (de uma entidade privada de hospitalidade), em consonância com a literatura sobre gentrificação em áreas históricas. Eventos culturais e

turísticos têm servido como catalisadores temporários de articulação, mas não substituem estratégias de longo prazo. Por fim, o depoimento do enrevistado 4 (de um hotel na área do Recife Antigo), ilustra como as parcerias público-privadas são vistas pela iniciativa privada como oportunidade de crescimento econômico, ainda que sujeitas a uma lógica de governança episódica e centralizada.

4.2 Eixo 2 – Dinâmica econômica e turística

Os achados demonstram que as iniciativas de planejamento conduzidas sobretudo pelo poder público, configuram-se como instrumentos de ordenamento do espaço urbano e de atração de investimentos:

Quadro 2 – Dinâmica econômica e turística no Recife Antigo

Unidade de Registro (UR)	Categoria Temática (CT)	Eixo de Significação (ES)
"Estamos muito felizes em participar desse 'novo Recife' e esperamos crescer junto com a cidade" (entrevistado 4)	Expectativas de crescimento	Turismo como motor de desenvolvimento
"O Bargaço e o novo hotel internacional vão fortalecer o polo gastronômico e hoteleiro" (entrevistado 4)	Novos empreendimentos	Dinamização do setor
"A reestruturação do Porto do Recife para cruzeiros pode mudar a escala do turismo" (entrevistado 4)	Infraestrutura turística	Inserção em fluxos globais
"Os eventos são o que mais traz gente para o bairro, movimentam bares e restaurantes" (entrevistado 4)	Eventos culturais e de lazer	Economia ancorada em eventos
"Há uma dependência grande do turismo de lazer, mas pouco investimento em turismo de negócios" (entrevistado 2)	Segmentação turística	Modelo econômico limitado
"O Recife precisa se reposicionar também no turismo de negócios, não apenas no lazer" (entrevistada 1)	Turismo de negócios	Modelo econ. limitado / diversificação
"Os eventos são fundamentais para atrair visitantes de alto impacto e movimentar a economia local" (entrevistada 1)	Eventos como estratégia de mercado	Economia ancorada em eventos
"A hotelaria tem papel-chave para sustentar essa dinâmica e precisa estar alinhada entre instituições privadas e ao poder público" (entrevistada 1)	Integração hotelaria–trade	Turismo como motor de desenvolvimento

Fonte: pesquisa de campo

O setor privado, representanto pelo enrevistado 4 (de um hotel do Recife Antigo), aponta para o entusiasmo em participar do “novo Recife”, destacando o papel de novos empreendimentos hoteleiros e gastronômicos, bem como a reestruturação do Porto do Recife para recepção de cruzeiros. Tais iniciativas são vistas como catalisadores de fluxos turísticos internacionais e de diversificação da oferta local.

Para a entrevistada 1 (representante de uma empresa privada de articulação de hospitalidade), reforça a necessidade de reposicionamento estratégico do destino, ressaltando a carência de investimentos no turismo de negócios e a relevância dos eventos como indutores de demanda qualificada. Sua fala coloca em evidência a importância da articulação entre hotelaria e poder público, configurando uma perspectiva de governança compartilhada no campo turístico.

Já entrevistado 2 (da Secretaria de Turismo do Recife), chama atenção para a dependência estrutural do turismo de lazer e eventos, sinalizando que a concentração em segmentos específicos pode limitar a sustentabilidade econômica do bairro a longo prazo, dependendo de qual política público para o turismo será trilhada.

A efetividade dessas políticas depende da integração entre escalas de governo e da continuidade administrativa, desafio recorrente em cidades latino-americanas. Hall (2008) já destacava que o planejamento turístico urbano é atravessado por interesses políticos, enquanto Healey (1997) enfatiza que sua eficácia depende da articulação interinstitucional e da incorporação da participação social.

Em síntese, o eixo revela um entusiasmo com os novos investimentos, mas também fragilidades relacionadas à segmentação do mercado turístico. A literatura sobre turismo urbano já indica que territórios requalificados tendem a se apoiar fortemente em eventos e lazer como motores iniciais de dinamização, mas precisam de estratégias de diversificação (Zukin, 2010; Richards & Palmer, 2010). Esse tensionamento entre potencial e limites aparece claramente nas falas dos entrevistados.

4.3 Eixo 3 – Cultura e identidade

A dimensão cultural é central em processos de requalificação urbana, sobretudo em áreas históricas, pois envolve a valorização do patrimônio material e imaterial como elemento de

identidade coletiva e atratividade turística, atuando como fator relevante para análise da governança (Volgger et. al, 2017). A cultura pode, ainda, ser motor de inclusão social e criatividade urbana, mas também alvo de apropriações seletivas que reforçam desigualdades (Zukin, 1995). Assim, as categorias que emergiram deste eixo foram:

Quadro 3 – Cultura e identidade no Recife Antigo

Unidade de Registro (UR)	Categoria Temática (CT)	Eixo de Significação (ES)
"Se não houver diálogo com a comunidade, vira um projeto elitista" (entrevistada 1)	Inclusão comunitária	Cultura como pertencimento
Nos anos 90 começou um processo de transformar a Rua do Bom Jesus, antes marcada pela prostituição, em área de bares e boates [...] depois vieram os museus e centros culturais.(entrevistado 2)	ciclos de ressignificação hitórico	Identidade local recontextualizada
"Os eventos ajudam a dar visibilidade, mas às vezes mais para turistas do que para moradores" (entrevistado 4)	Cultura como espetáculo	Identidade instrumentalizada
"O patrimônio é valorizado, mas muitas vezes só como cenário" (entrevistado 2)	Uso do patrimônio	Patrimônio como vitrine
"O Novo Recife precisa respeitar a história do bairro" (entrevistado 4)	Reconhecimento histórico	Cultura como diferencial competitivo
"As festas populares ainda não foram plenamente integradas ao projeto Recentro" (entrevisto 3)	Tradições locais	Cultura fragmentada

Onte: dados da pesquisa

As falas evidenciam tensões estruturais entre a valorização cultural como ativo turístico e o risco de sua instrumentalização. O patrimônio histórico do Recife Antigo aparece, em muitos relatos, tratado mais como cenário para eventos e consumo cultural do que como espaço de vivência comunitária. Esse movimento ecoa a crítica de Sharon Zukin (1995; 2010), que analisa como cidades globais transformam a cultura em mercadoria simbólica, convertendo tradições em espetáculos de consumo.

A crítica da entrevistada 1 à ausência de diálogo com os moradores reforça a perspectiva de que a cultura deve ser entendida como pertencimento e prática social, alinhando-se a Hall (1997) e Canclini (2003), que destacam a identidade como processo relacional, continuamente disputado. Já a percepção do entrevistado 2 sobre o patrimônio como "vitrine" aponta para a lógica de city branding e para o uso seletivo do passado como recurso de diferenciação competitiva — algo amplamente discutido por Harvey (1989) no contexto da urbanização neoliberal.

Ao reconstruir os diferentes ciclos de ressignificação do Recife Antigo — da prostituição e abandono à boemia, à chegada do Porto Digital e, mais recentemente, à valorização cultural e gastronômica, nota-se uma dinâmica de transformações sucessivas, nem sempre planejadas de forma integrada.

Em contrapartida, a fala do entrevistado 4 reconhece a história e a memória como ativos de valorização, mas ainda sob uma perspectiva mercadológica. Essa leitura reforça a literatura sobre cidades criativas e marketing urbano (Richards & Wilson, 2007), em que a autenticidade cultural é mobilizada como diferencial competitivo.

Por fim, a observação do entrevistado 3 sobre a não integração das festas populares aos projetos do Recentro revela um risco de fragmentação cultural, em que apenas certos elementos — considerados "vendáveis" — são incorporados. Esse fenômeno já foi identificado em diversos contextos turísticos (Pratt, 2009; Richards, 2014), em que as tradições locais passam por processos de seleção e ressignificação.

Assim, a identidade cultural do Recife Antigo se configura como um campo de disputa entre usos turísticos, demandas comunitárias e estratégias de marketing urbano. A análise mostra que a requalificação urbana, ao invés de simplesmente fortalecer a memória coletiva, corre o risco de reforçar desigualdades e exclusões se a dimensão cultural for reduzida à sua face instrumental.

4.4 Eixo 4 – Inclusão social e gentrificação

A literatura sobre requalificação urbana alerta para o risco de deslocamento de populações e atividades tradicionais em áreas centrais revalorizadas, fenômeno identificado como gentrificação (Smith, 1996; Zukin, 2010). Nos destinos turísticos, a tensão entre atração de novos investimentos e manutenção de laços comunitários torna-se ainda mais evidente, exigindo estratégias de inclusão social e de equilíbrio entre diferentes interesses.

Quadro 4 – Inclusão social e gentrificação

Unidade de Registro (UR)	Categoria Temática (CT)	Eixo de Significação (ES)
"É preciso maior diálogo com a comunidade, senão vira um projeto elitista" (entrevistada 1)	Participação comunitária	Risco de exclusão social
"As reestruturações estão trazendo novos hotéis e restaurantes, esperamos crescer junto" (entrevistado 4)	Valorização imobiliária	Gentrificação como oportunidade de mercado
"O setor privado ainda responde pouco, e isso afeta a integração" (entrevistado 3)	Lacunas de articulação	Inclusão social limitada

Unidade de Registro (UR)	Categoria Temática (CT)	Eixo de Significação (ES)
“O Porto Digital acaba se apropriando de espaços sem muita conexão com a comunidade” (entrevistado 2)	Apropriação institucional	Gentrificação tecnológica
“As festas populares ainda não foram plenamente incorporadas” (entrevistado 3)	Cultura popular	Exclusão simbólica

Fonte: dados da pesquisa

As entrevistas indicam que a inclusão social no Recife Antigo ainda é percebida como limitada, sobretudo diante do risco de elitização das iniciativas do Recentro. A fala da entrevistada 1, ao enfatizar a importância do diálogo com a comunidade, remete ao debate de Harvey (2008) sobre o “direito à cidade” como processo de participação ativa na produção do espaço urbano. Em contraste, agentes privados, como o Novotel, projetam as reestruturações urbanas como oportunidades de crescimento econômico, em linha com a leitura de Smith (1996) sobre a gentrificação enquanto estratégia de valorização imobiliária.

A crítica do entrevistado 2 ao Porto Digital sugere um processo de apropriação institucional que, embora traga inovação tecnológica, carece de vínculos consistentes com a comunidade, situação próxima ao que Zukin (2010) descreve como instrumentalização da autenticidade urbana. Já a observação do entrevistado 3 acerca da ausência de integração das festas populares aponta para um risco de fragmentação cultural, ainda que não se configure como exclusão direta. Assim, o Recife Antigo mostra-se tensionado entre a busca por investimentos e a necessidade de fortalecer a inclusão social e cultural.

4.5 Eixo 5 – Coparticipação e sustentabilidade

As políticas urbanas e turísticas contemporâneas enfatizam a importância da governança colaborativa, em que múltiplos atores participam do processo decisório e compartilham responsabilidades na produção do espaço urbano (Rhodes, 1997; Kooiman, 2003). Em contextos turísticos, essa abordagem conecta-se à noção de sustentabilidade, entendida de forma ampla: econômica, social, cultural e ambiental (UNWTO, 2015). A coparticipação torna-se, assim, condição para equilibrar interesses divergentes e promover um desenvolvimento mais inclusivo e duradouro:

Quadro 5 – Coparticipação e Sustentabilidade no Recife Antigo

Unidade de Registro (UR)	Categoria Temática (CT)	Eixo de Significação (ES)
“É preciso envolver moradores e trabalhadores nas decisões, senão fica algo imposto de cima para baixo” (entrevistado 3)	Governança participativa	Sustentabilidade social
“A gente precisa pensar em como manter o bairro vivo no dia a dia, e não só em época de eventos” (entrevistado 2)	Vitalidade urbana	Sustentabilidade contínua
“Faltam canais claros de diálogo para a população opinar” (entrevistada 1)	Comunicação comunitária	Coprodução de políticas
“Os projetos deveriam prever contrapartidas ambientais, não só econômicas” (entrevistado 3)	Responsabilidade ambiental	Equilíbrio no desenvolvimento
“O Porto Digital pode ser um aliado, mas precisa compartilhar mais os benefícios com a comunidade” (entrevistado 2)	Inclusão tecnológica	Coparticipação estratégica
Adoção da Rua do Bom Jesus (2025): manutenção custeada por privado, com salvaguardas legais, mas risco de redefinição de usos sociais	Governança em rede	Sustentabilidade patrimonial

Fonte: dados da pesquisa

As falas sugerem que a sustentabilidade no Recife Antigo deve ser pensada em sentido amplo, indo além de indicadores econômicos. A coparticipação aparece como condição essencial para legitimar as transformações urbanas, pois o entrevistado 3 e entrevistada 1 destacam a carência de canais efetivos de diálogo com a comunidade. O entrevistado 2 acrescenta a importância da vitalidade cotidiana, sublinhando que a sustentabilidade envolve manter o bairro vivo para moradores e visitantes de forma constante, e não apenas em momentos de grande visibilidade.

O estudo de caso da adoção da Rua do Bom Jesus (Cosme, 2025) atualiza a discussão: trata-se de um arranjo híbrido de governança em rede, que articula poder público e iniciativa privada para conservação urbana. Embora amparada na Lei 18.280/2016 e supervisionada pela Emlurb, a medida suscita preocupações sobre privatização simbólica e gentrificação, já sinalizadas por entrevistado 2 em sua crítica à elitização. Assim, o caso reforça a pertinência das falas, pois evidencia que a vantagem competitiva de destinos só se torna sustentável quando equilibrada por inclusão social e salvaguardas patrimoniais.

5. Considerações Finais

Este artigo evidenciou que o Recife Antigo atravessa um processo de reconfiguração urbana e turística em que a governança exerce papel central, mas ainda marcada por forte centralização estatal e articulação fragmentada com outros atores. O programa Recentro aparece como principal indutor, gerando dinamismo econômico e atraindo investimentos, mas com fragilidades relacionadas à baixa integração setorial, ao caráter episódico da governança por meio de grandes eventos e à seletividade das ações de segurança pública. Ao mesmo tempo, a ameaça da gentrificação e da descaracterização cultural surge como risco constante, tensionando a preservação da identidade do bairro frente à lógica de valorização imobiliária. A sustentabilidade, por sua vez, apresenta-se diluída, mais próxima de uma estratégia de reposicionamento econômico do que de compromissos efetivos com inclusão social e ambiental.

O estudo cumpriu o objetivo de mapear percepções críticas sobre os rumos da requalificação do Recife Antigo, articulando os eixos de governança, dinâmica econômica, identidade cultural, inclusão social e sustentabilidade a partir de referenciais teóricos como Judd (2003), Zukin (2010) e Harvey (2012). Todavia, ressaltando-se a relevância do conhecimento e experiência dos entrevistados, reconhece-se como limitação da pesquisa, circunscrito a quatro entrevistas, o que impede generalizações mais amplas. Os achados devem, portanto, ser interpretados como indícios que contribuem para o debate sobre as contradições e potenciais da requalificação, e não como conclusões definitivas.

Como agenda futura, sugere-se aprofundar a investigação por meio de métodos mistos, combinando indicadores socioeconômicos e turísticos com observação etnográfica, além de acompanhar longitudinalmente instrumentos recentes de coparticipação, como a adoção da Rua do Bom Jesus, a fim de avaliar seus impactos sobre inclusão social, vitalidade cultural e sustentabilidade urbana. Nesse sentido, o Recife Antigo se encontra em uma encruzilhada: ao mesmo tempo em que se projeta como polo de inovação, negócios e turismo, precisa enfrentar os dilemas de governança inclusiva, justiça socioespacial e preservação de sua autenticidade cultural para que a requalificação não se converta em mera vitrine elitizada.

Referências

Bramwell, Bill, and Bernard Lane. "Critical research on the governance of tourism and sustainability." Journal of sustainable tourism 19.4-5 (2011): 411-421.

Brasil. (2004). Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, 31 dez. 2004.

Colchete Filho, O. C., et al. (2016). Requalificação de áreas portuárias e o turismo: uma análise comparativa entre Puerto Madero e Porto Maravilha. Caderno Virtual de Turismo, 16(2), 218–233. https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadtur/article/view/21284

Cosme, J. (2025, 13 de agosto). Rua do Bom Jesus: Saiba o que diz lei sobre empresa privada adotar espaços públicos no Recife. Diário de Pernambuco. https://www.diariodepernambuco.com.br/vida-urbana/2025/08/7796790-rua-do-bom-jesus-saiba-o-que-diz-lei-sobre-empresa-privada-adotar-espacos-publicos-no-recife.html

Costa, R. A., Barcellos, M. R., & Freitas, L. D. (2024). O novo turismo urbano: tendências e desafios para o planejamento sustentável. Revista Rosa dos Ventos, 16(1), 90–105.

Della Lucia, M., & Martini, U. (2014). Destination governance: Managing responsible and sustainable tourism destinations. Annals of Tourism Research, 46, 135–138.

Diário do Turismo. (2025, 13 de agosto). Recife apresenta números do setor do Turismo: alta no faturamento. Diário do Turismo. https://diariodoturismo.com.br/recife-apresenta-numeros-do-setor-do-tourismo-alta-no-faturamento/

Franzoni, S. (2015). Tourism governance: Balancing sustainable development and local impacts. International Journal of Business and Management Studies, 4(1), 11–20. https://sobiad.org/ejournals/journal_IJBMS.html

GONZÁLES, M. V. P. Gobernanza turística: ¿Políticas públicas innovadoras o retórica banal? Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.9-s.22, nov. 2014.

Harvey, D. (2012). Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution. Verso.

Judd, D. R. (2003). Visitors and the spatial ecology of the city. In L. M. Hoffman, S. Fainstein, & D. R. Judd (Eds.), Cities and visitors: Regulating people, markets, and city space (pp. 23–38). Blackwell.

Kooiman, J. (2003). Governing as Governance. London: Sage.

Milano, C., & Koens, K. (2022). Overtourism and tourismphobia: Critical perspectives and research agenda. Journal of Sustainable Tourism, 30(4), 776–790.

Padurean, M. (2010). Community participation and tourism destination governance: The case of Romania. Turizam: znanstveno-stručni časopis, 58(4), 393–407. https://hrcak.srce.hr/

Porter, M. (1999). Competição: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus.

Porto Digital. (2022). Relatório de Impacto Socioeconômico – 2022. Porto Digital. https://portodigital.org/publicacoes

Prefeitura do Recife. (2011). Projeto Porto Novo Recife. Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Prefeitura do Recife. (2019). Plano Diretor do Recife – 2019. Prefeitura do Recife.

Rhodes, R. A. W. (1997). Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability. Buckingham: Open University Press

Santos, C. R. V. (2013). Turismo e revitalização urbana: o caso do Recife Antigo. Revista Rosa dos Ventos, 5(2), 261–278.

Scott, N. (2011). Tourism Policy: A Strategic Review. Channel View Publications.

Simas, T. B., & Carvalho, C. M. (2020). A gentrificação do Bairro do Recife entre os anos 1980 e 2010. albuquerque*: revista de história*, 12(24), 159-182.

Souza, M. O. (2015). Do patrimônio ao produto: turismo, cultura e espetacularização no Recife Antigo. In Anais do XVI Encontro da ANPUR. Belo Horizonte.

Vale de Paula, D. R., Marques, F. R., & Gonçalves, L. T. (2025). Operação Urbana Porto Maravilha: avanços, contradições e impactos na reconfiguração do espaço urbano carioca. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 27, e202515.

Zanchetti, S. M. (2011). Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão. Cadernos De Estudos Sociais, 19(1). Recuperado de https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1312

Zukin, S. (1995). The cultures of cities. Blackwell. Harvey, D. (2008). O direito à cidade. São Paulo: Boitempo.

Zukin, S. (2010). Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places. Oxford University Press.

[i] O artigo segue a formatação e diretrizes da Revista Hospitalidade (https://www.revhosp.org/hospitalidade/about/submissions)